



**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL**
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

REPENSANDO A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL APARTIR DE UMA REFLEXÃO ACERCA DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E O ENSINO DE HISTÓRIA

JHONES STEFFANNY MARCELINO DOS SANTOS

FERNANDA LAYS DA SILVA SANTOS

WILTON CARNEIRO BARBOSA

EIXO: 8. EDUCAÇÃO, CULTURA E RELIGIÃO

Resumo: O presente estudo tem como objetivo contribuir para a discussão acerca do ensino de História e do Livro Didático de História para a promoção de uma educação étnico-racial. Para a elaboração desse estudo tomamos com base a pesquisa qualitativa como técnica de coleta de dados foi realizada pesquisas de cunho bibliográfico e documental tal como a LDB 9.394/96 a Lei 10.649/03 e a Lei 11.645/08. Constatou-se que apesar da legislação educacional brasileira garantir a presença do ensino da cultura afro-brasileira e a história da África e sua importância para a formação da cultura nacional, verifica-se que o currículo escolar através do livro didático tem negado a cultura não só dos povos negros como também a cultura indígena nos espaços escolares, fazendo assim que, não só o ensino de história como a escola como um todo contribua para a reprodução de uma cultura do branqueamento social. **Palavras-chave:** Livro didático de história. Ensino de História. Étnico-racial **Resumen:** Este estudio tiene como objetivo contribuir a la discusión sobre la enseñanza de la historia y la didáctica de la historia del libro para la promoción de la educación étnico-racial. Para la preparación de este estudio se basa en la investigación tomamos cualitativa como técnica de recogida de datos de carácter bibliográfico y documental de la investigación se llevó a cabo como la Ley LDB 9.394 / 96, 10.649 / 03 y Ley 11.645 / 08. Se encontró que a pesar de la legislación educativa brasileña asegurar la presencia enseñanza de la cultura afro-brasileña y la historia de África y su importancia para la formación de la cultura nacional, parece que el plan de estudios a través de los libros de texto no ha negado la cultura

Sólo las personas de raza negra, así como la cultura indígena en los espacios escolares, al hacerlo, no sólo la enseñanza de la historia como la escuela en su conjunto contribuye a la reproducción de una cultura de blanqueo social. **Palabras clave:** historia de libro de texto. enseñanza de la historia. etnorracial

INTRODUÇÃO O Brasil é um país plural o qual além de possuir um vasto território nacional é composto por povos das mais diversas culturas, entretanto tamanha diversidade não tem sido encarada como algo positivo perante parte da sociedade, uma vez que, ainda é muito intensa a forma no qual o capital cultural tem se apresentado em nosso cotidiano, podemos observar melhor a não valorização do outro quando percebemos em nosso dia-a-dia as mais diversas formas de preconceito e racismo que fazem presente com os negros, homossexuais, indígenas e dentre outros sujeitos que são postos como sujeitos marginalizados no meio social. Pensar nos sujeitos subalternos é se indagar, por exemplo, com a seguinte indagação, porque em pleno o século XXI algumas práticas e atitudes que se fizeram presente no Brasil colônia ainda sejam vistas e vivenciadas nos dias atuais?

O que os alunos e docentes vem fazendo pra mudar essa realidade?

Qual é o papel da educação no processo de reconhecimento e respeito à cultura do outro?

Diante tais inquietações buscaremos no presente estudo tecer algumas considerações acerca do livro didático de história e a questão étnico-racial afim de que possamos perceber como os livros didáticos tem apresentado a questão étnico-racial para a comunidade escolar, uma vez que atualmente nós temos a LDB 9.394/96, a Lei 11.645/08 e a Lei 10.639 que juntas vão trazer uma série de elementos e conteúdos que deverão contribuir para se pensar ou repensar o livro didático de história, e em um segundo momento iremos apresentar algumas considerações acerca do ensino de história e a questão étnico-racial afim de que possamos perceber como a temática da questão étnico-racial vem sendo trabalhada nas práticas docentes. **O livro didático de história e suas implicações na formação do sujeito cidadão** Neste tópico buscaremos transcorrer acerca da importância do livro didático de história no processo de formação dos sujeitos, para tanto, gostaríamos de iniciarmos nossa discussão ressaltando que o presente livro didático parte de uma concepção de um currículo formal prescrito, esse posto em nosso cotidiano escolar como sendo o "único" instrumento norteador da prática docente na maioria de nossas escolas, sejam elas públicas ou privadas. Tendo em vista as considerações de Silva (1995) o currículo escolar poderá se apresentar de três modos diferentes: currículo formal, currículo oculto e currículo real, o primeiro seria toda e qualquer espécie de currículo prescrito conforme previsto em na legislação educacional brasileira, como por exemplo, a LDB 9.394/96, o próprio livro didático entre outros mecanismos adotados no processo de ensino aprendizagem, já o currículo real pode ser explicado como sendo os conteúdos que estão voltados para a prática docente e pedagógica que é

efetivamente desenvolvida dentro do espaço escolar, uma vez que, tais conteúdos e práticas nem sempre condizem com o currículo mencionado anteriormente, o currículo oculto esse não se apresenta de modo visível como o próprio nome sugere, pois poderíamos dizer que ele seria as intenções subjetivas que há no desenvolvimento de tais práticas, por exemplo, porque escolher tais conteúdos e outros não?

Porque escolher esse livro didático e não o outro?

O currículo escolar desempenha um papel fundamental no processo de formação escolar dos indivíduos, entretanto, não se pode negar que o mesmo traz consigo ideologias as quais tem se buscado reproduzir os interesses das classes dominantes presentes em nossa sociedade, desse modo, “[...] o currículo não é um elemento inocente e neutro, de transmissão desinteressada do conhecimento social” (Moreira e Silva, 1995, p.8), pois toda ação tem uma intenção e nessa lógica a qual se encontra estruturada a sociedade a ideia de reprodução cultural vem permeando as práticas pedagógicas, passando assim a interferir no processo de ensino e aprendizagem e na formação de agentes sociais e políticos que agem, pensam e que utilizam do seu conhecimento para transformar o mundo no qual se encontra inserido, sendo assim, poderemos melhor compreender o livro didático e sua importância na lógica ao qual encontrasse estruturada nossa sociedade nas próximas entrelinhas abaixo. Podemos observar grandes avanços no que diz respeito à escolha e a utilização do livro didático na escola, uma vez que atualmente com a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) o professor pode realizar indicações e escolher os livros didáticos que maior se adequa a sua realidade educacional. Segundo o Ministério da Educação o PNLD tem como finalidade subsidiar o trabalho pedagógico dos professores, logo é enviada a escola uma guia contendo vários títulos pra daí então ser escolhido pra ser durante um triênio. Quando tratamos acerca dos livros didáticos e suas contribuições no processo de ensino aprendizagem deve-se ficar atento, pois em um sistema de ensino público precarizado o livro pode ser o único instrumento didático disponível para o professor em suas aulas, principalmente quando nos deparamos com salas de aulas com uma média de 35 ou 40 alunos da camada social pobre, sendo assim os livros didáticos chegam a ser a única fonte de leitura e de conhecimento para tais alunos. Os livros didáticos de história devem ser utilizados como instrumento ao qual irá auxiliar a prática docente, entretanto os mesmo são carregados de imagens e conteúdos que buscam reproduzir uma lógica de sociedade voltada para um determinado grupo social onde a uma supervalorização do homem branco, cristão e heterossexual, para tanto o negro se apresenta como um sujeito desvalorizado sem nenhum tipo de prestígio social, pois estão sempre associados a ideia de sujeitos marginalizados seja pela cor, pobreza, classe social dentre outros aspectos que contribuem para a negação da cultura negra no ambiente escolar. Tendo em vista as considerações de Silva (1989, p.23), à respeito da ideologia do branqueamento do livro didático:

Ao veicular estereótipos que expandem uma representação negativa do

negro e uma representação positiva do branco, o livro didático está expandindo a ideologia do branqueamento, que se alimenta das ideologias, das teorias e estereótipos de inferioridade/superioridade raciais, que se conjugam com a não legitimação pelo Estado, dos processos civilizatórios indígena e africano, entre outros, constituintes da identidade cultural da nação.

A cultura do branqueamento nos livros didáticos assume um caráter mais complexo e desafiador pra o ensino da cultura Afro-brasileira nas escolas quando o professor não possui uma formação voltada para a questão étnica-racial, pois os mesmos tendem a reproduzir tais conteúdos dos livros didáticos sem que haja uma reflexão sobre as mensagens que os mesmos buscam transmitir, seja ela, de forma indireta ou direta. Outro fator que merece ser ressaltado é a perda da autonomia por parte dos professores, pois no cotidiano os mesmos acabam se tornando reféns dos livros didáticos, uma vez que historicamente o mesmo foi sendo representado como sendo um instrumento indispensável para aquisição de conhecimentos por parte dos alunos. O livro didático pode e deve ser considerado um grande aliado para o reconhecimento de uma sociedade multicultural, possibilitando assim que desde os anos iniciais os sujeitos possam se reconhecerem como sujeitos repletos de cultura e conhecimento, pois segundo Arroyo (2013) é necessário que os negros e demais pessoas de outros grupos subalternos tenham o direito de terem sua própria história reconhecida dentro do currículo escolar, dessa forma, os mesmos irão passar a se ver como sujeitos ativos e repletos de conhecimentos no processo de ensino-aprendizagem, logo, será possível fazer o reconhecimento da cultura do outro, uma vez que eu conheço a minha própria história. Munanga apud Silva (2005) o não reconhecimento de homens e mulheres negros nos livros didáticos pode ser corrigido a partir de um trabalho desenvolvido por parte do professor que possibilite a criança analisar as pessoas negras que fazem parte de seu cotidiano e suas respectivas profissões e a importância da mesma para a sociedade, pois do contrário os tais sujeitos podem desenvolver uma auto-rejeição e de rejeição do seu grupo étnico, entretanto, para que possamos identificar o não reconhecimento da identidade cultural negra a partir das compreensões dos livros didáticos torna-se indispensável realizarmos um feedback dos alunos. o qual este poderá ser feito por meio de uma análise das percepções

dos mesmos acerca das imagens étnico-raciais presentes nos livros, para que dessa forma possamos avaliar/analisar as contribuições dos mesmos na superação do preconceito e discriminação sociocultural que permeiam o cotidiano brasileiro. Botelho (1999) apud Cunha Jr (1996) afirma que o racismo é uma forma de dominação criminosa e violenta, pois são criadas estruturas simbólicas as quais são responsáveis pela exclusão de determinados grupos sociais. Quanto ao racismo praticado no Brasil Munanga (1996, p. 213) mostra que há “racismos que foram e são implícitos, não institucionalizados, objeto de segredo e tabu, submetidos ao silêncio, um silêncio criminoso”, contribuindo assim para uma cultura nacional excludente, visto que a mesma é composta pelas instituições culturais, símbolos e representações, que por sua vez negam as diferenças étnicas presente em nossa história. **Algumas reflexões acerca do ensino de história e a questão étnico-racial** O ensino de história tem se apresentado como um campo de embates e discussões tanto no âmbito acadêmico quanto no curricular, uma vez que devido aos avanços ocorridos nas políticas educacionais brasileiras a partir da década de 1990 muito tem se questionando qual tem sido o papel da história no currículo escolar?

Como o seu ensino contribui para a reprodução/produção de um modelo de sociedade?

Tendo em vista as considerações de Silva e Fonseca (2010, p.16): “Um currículo de História é, sempre, produto de escolhas, visões, interpretações, concepções de alguém ou de algum grupo que, em determinados espaços e tempos, detém o poder de dizer e fazer”. Tendo em vista a importância que o ensino de história desenvolve no processo de formação humana o seu ensino passou por uma alteração no sistema educacional brasileiro a partir da criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN. Com a criação dos PCN em 1997 houve uma dissociação do ensino da geografia e da história, visto que os mesmos se encontravam presente nos currículos escolares na disciplina de Estudos Sociais, entretanto, vale salientar que, tal separação ocorreu devido aos conteúdos ministrados nas séries iniciais ao qual parcela da população tinha acesso não contribuírem de forma significativa para que os sujeitos pudessem se reconhecer como um ser que possui uma história e uma cultura, para tanto passou-se a trabalhar na disciplina de História agora já dissociada da Geografia tais conteúdos que vão proporcionar um auto reconhecimento da população brasileira, ou seja, a história do Brasil e de

seus povos. Quanto ao processo de reconhecimento dos sujeitos enquanto seres repletos de cultura e de história o ensino de história deveria ser um grande aliado em tal processo, entretanto podemos observar que diante algumas mudanças nas diretrizes curriculares em 2006 com a criação da Lei 11.274/06 a qual estabelece que os municípios, estados e distrito federal terão até 2006 para implantar o ensino fundamental de nove anos, sendo a entrada obrigatória do aluno aos 6 anos de idade, para tanto, passou-se a discutir um nova diretriz curricular acerca de novo cenário escolar, visto que antes tínhamos um ensino fundamental de 8 anos. Segundo Silva e Fonseca (2010, p.24) o saber da história se caracteriza como indispensável no processo de formação dos sujeitos, pois:

Aprender História é ler e compreender o mundo em que vivemos e no qual outros seres humanos viveram. Ao Ensino de História cabe um papel educativo, formativo, cultural e político, e sua relação com a construção da cidadania perpassa diferentes espaços de produção de saberes históricos. Desse modo, no atual debate da área, fica evidente a preocupação em localizar, no campo da História, questões problematizadoras que remetam ao tempo em que vivemos e a outros tempos, num diálogo crítico entre a multiplicidade de sujeitos, tempos, lugares e culturas. Aprender História é bem é crucial para que possamos compreender o mundo em que vivemos, mas não podemos deixar de relacionar o aprender com o ensinar, pois um dos grandes entraves ao qual o campo do ensino de História de depara no cotidiano estar relacionado com a prática pedagógica e docente, uma vez que, não só os professores como o sistema educacional brasileiro se encontra voltado pra uma ideia de reprodução sociocultural que perpassa todas as relações sociais, seja no ambiente escolar ou não, tendo em vista as considerações de Rocha (1996, p. 55):

O insucesso do professor de História, na maioria das vezes, não deriva propriamente da falta do domínio de conteúdo, mas sim de uma postura conservadora na sua utilização. Mesmo um conteúdo tradicional pode sofrer determinados recortes para que se transforme num objeto adequado ao processo ensino-aprendizagem. Há que se ficar atento, no entanto, para as implicações ideológicas que acompanham a escolha da técnica e do conteúdo, pois, tanto uma como outra, estarão atreladas ao objetivo que se quer atingir. O que significa dizer que conterà a marca da visão de mundo

do professor, ou seja, fundamentalmente da forma como concebe a História e o ensino. Com base nos escritos de Rocha (1996) descrito acima verificamos o quão importante é a visão de mundo do professor de história para a sua prática, sendo assim é indispensável que o mesmo tenha um vasto conhecimento acerca da história do Brasil e de sua composição, pois é fundamental que os professores percebam que a história do Brasil sempre esteve marcada por uma pluralidade sociocultural entre seus povos, ou seja, trata-se de um país que possui uma cultura que é composta por várias outras subculturas, onde partes das mesmas são e foram negadas no meio social. Tendo em vista a pluralidade cultural em nosso país a Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB 9.394/96 vai garantir a inclusão de novos conteúdos nos currículos escolares, uma vez que passou-se a garantir no campo educacional que questões ligadas ao ensino da cultura afro-brasileira, a história do negro e sua importância na composição da sociedade brasileira, seja assegurada pela a escola na formação dos sujeitos como forma de se obter uma promoção de uma sociedade multicultural. Entretanto, verificamos que somente após alguns anos o ensino sobre a História e Cultura Afro-brasileira tornou-se obrigatória, conforme verificamos na lei de nº 10.639, de janeiro de 2003 que garante que seja acrescido o seguinte artigo 26-A no Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

Uma vez assegurada pela a LDB 9.394/96 o ensino da cultura afro-brasileira e as lutas dos negros no Brasil, não nos garante que tais conteúdos sejam trabalhados nos currículos escolares conforme pré-estabelecido na legislação educacional. Reconhecer e valorizar uma cultura que foi tida como invisível no meio social historicamente ao longo dos anos não é tarefa fácil, pois conforme as considerações de Amorim (2011, p.39) "no século XXI, a escola

brasileira encontra-se com o desafio de dar visibilidade às identidades culturais que estão e estiveram ausentes do currículo escolar ou que nele aparecem de forma imprópria.”. No entanto, apesar dos entraves encontrados para a promoção do reconhecimento as diferenças socioculturais Brasil (2004, p.11) nos chama atenção para as políticas voltadas para a educação dos povos negros:

Políticas de reparação voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos. Sendo assim, o estudo proposto parte da perspectiva de realizar uma reflexão das políticas públicas no contexto educacional, mas especificamente no que se refere a valorização identitária, étnico-racial e cultural dos (as) alunos (as) do ensino fundamental I, a partir da percepção de imagens representadas nos livros didáticos de história, por considerar que os saberes discentes são importantes não apenas na construção do currículo escolar, mas como também na elaboração de materiais metodológicos e didáticos sejam estes produzidos a partir das relações existentes dentro das escolas e que leve em considerações os conhecimentos e experiências dos educados. Após a criação da Lei de nº 10.639/2003, podemos observar uma crescente discussão acerca das questões étnico-raciais no sistema educacional, porém percebe-se que na prática docente e pedagógica a relação com o currículo e as metodologias têm sido invisibilizada, não no sentido de não ocorrer discussões, problematizações ou estudos acerca da temática. Pelo contrário, observa-se uma crescente abordagem dessa temática nos estudos empíricos envolvendo pesquisadores e docentes, mas que não tem dado espaço a percepção dos próprios alunos de como são visualizados nos livros didáticos. Para tanto trabalhar com a questão étnico-racial vai bem mais além de criar leis e normas, pois engloba todo um processo de internalização de costumes, hábitos e valores por parte de toda a sociedade, seja ela, branca, preta, amarela, parda, pobre ou rica. **Considerações finais** Em suma, acreditamos que o ensino de história tem vem se configurando como uma área do saber crucial para o reconhecimento de nossa própria história social e cultural, entretanto, apesar do mesmo assumir tamanha importância no contexto social e escolar faz-se necessário um olhar minucioso quanto à forma como vem sendo desenvolvido nas práticas pedagógicas, visto que o

mesmo tem sido confundido como um mero saber histórico o qual reproduz a história a partir das percepções das classes dominantes em nosso país, passando a negar a cultura da classe dominada a qual é composta pelos povos negros, indígenas, pobres dentre outros que povos que não se enquadram na cultura elitista dominante em nossa sociedade. Em um país plural heterogêneo e com uma desigualdade social gritante onde os sujeitos desde cedo aprender em uma educação tecnicista que o papel da escola é formar para o mercado de trabalho, acabam presos a esses valores impostos pela sociedade e muitas vezes pela a escola também, valores esses que proporciona a tais sujeitos se quer o direito de questionar a sua própria existência e a sua cultura, acreditamos que os livros didáticos juntamente com a prática pedagógica devem atentar para o reconhecimento de das culturas que foram e continuam sendo negadas em nosso cotidiano, pois do contrário viveremos sempre uma utopia na qual o Brasil é um país justo e democrático aonde todos tem os mesmos direitos e obrigações. Vale salientar que, o embora os livros didáticos busquem silenciar a cultura do negro não cabe ao professor ser omissos a questão da identidade étnico-racial e a valorização da cultura do negro durante o processo de escolarização dos seus alunos, pois é papel dele contribuir para a promoção da igualdade racial e social em nossa sociedade.

Referências AMORIM, Roseane Maria de. **As práticas Curriculares Cotidianas**: Um estudo das relações étnico-raciais na rede municipal do Recife. 2011. 299f. 30cm. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. BRASIL. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Diário Oficial da união de 10 de janeiro de 2003. BRASIL. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008**. Diário Oficial da União de 11 de março de 2008. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nº. 9394/96**. Brasília, 1996. BRASIL, **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetro Curricular de Pluralidade Cultural, Orientação Sexual, Brasília: MEC/SEF, 1997. BOTELHO, D.M. **Educadores e Relações Raciais**. Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum., Sao Paulo, 9(2), 1999. CUNHA Jr., H. **As estratégias de combate ao racismo**. Movimentos negros na escola, na universidade e no pensamento brasileiro. In: MUNANGA, K. (Org.). Estratégias e políticas de combate à discriminação

racial. São Paulo, Universidade de São Paulo/ Estação Ciência, 1996. MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1995. MUNANGA, K. **As facetas de um racismo silenciado**. In: SCHWARCZ, L. & QUEIROZ, R. S. (Org.). In: Raça e diversidade. São Paulo: EDUSP/Estação Científica, 1996. MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2ªed. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005. p. 7-75. ROCHA, Everaldo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007. SILVA, Ana Célia da. **Ideologia do embranquecimento**. Identidade negra e educação. Salvador-BA: Ianamá, 1989. SILVA, Marcos Antônio. FONSECA, Selma Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. Rev. Bras. Hist. vol.30 no.60 São Paulo 2010.

Notas * Mestrando do Programa de Pós- graduação, do Centro de Educação, da Universidade Federal de Alagoas (PPGE/CEDU/UFAL) e integrante do grupo de pesquisa Currículo, atividade docente e subjetividades, vinculado ao CNPq. (jhonesteffanny@hotmail.com)
) . ** Mestranda do Programa de Pós- graduação, do Centro de Educação, da Universidade Federal de Alagoas (PPGE/CEDU/UFAL) e integrante do grupo de pesquisa Currículo, atividade docente e subjetividades, vinculado ao CNPq. (nandalays.sjc@gmail.com)
) . *** Mestrando do Programa de Pós- graduação, do Centro de Educação, da Universidade Federal de Alagoas (PPGE/CEDU/UFAL) (wiltoncarneiro.educador@gmail.com)
) .

Recebido em: 05/07/2016

Aprovado em: 06/07/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: